

Sumário

1. Introdução	1
2. Uma Contextualização do Jogo: Aspectos Históricos, Sociológicos e Jurídicos	5
2.1 Definição e contextualização do jogo	5
2.2 As classificações de jogo	11
2.3 As categorias dos jogos a dinheiro	14
2.3.1 Jogos de azar	14
2.3.2 As apostas	15
2.3.3 As loterias	16
2.4 A exploração do jogo a dinheiro no Brasil	17
2.4.1 Uma possível contextualização da exploração do jogo no Brasil	18
2.4.2 O jogo de azar à brasileira: o Jogo do Bicho	23
2.4.3 Uma breve cronologia normativa dos últimos dois séculos sobre o jogo	27
2.5 Os regimes jurídicos do jogo a dinheiro e a sua vinculação com o direito financeiro	32
2.5.1 As loterias federais	32
2.5.2 A aposta de quota fixa	36
2.5.3 As corridas de cavalo com exploração de apostas	37
2.5.4 A distribuição gratuita de prêmios mediante autorização para televisão e rádio	39
2.6 A atual discussão sobre a regulamentação dos jogos de azar	40
2.6.1 O PL n.º 442, de 1991	40
2.6.2 O PL n.º 186, de 2014	41

2.6.3 Tema 924: RE 966.177	41
26.4 ADFP 563	43
2.7 Os usuários e a ludopatia	44
3. Análise da Regulamentação Internacional dos Jogos de Azar	49
3.1 A regulamentação do jogo em Macau	49
3.1.1 Um breve retrospecto sobre a regulação moderna do jogo	51
3.1.2 O regulamento do jogo	54
3.1.3 As receitas públicas com o jogo	58
3.2 A regulamentação do jogo em Portugal	62
3.2.1 Um breve retrospecto sobre a regulação moderna do jogo	63
3.2.2 O regulamento do jogo	65
3.2.3 As receitas públicas com o jogo	68
3.3 A regulamentação do jogo no estado de nevada (EUA)	75
3.3.1 Um breve retrospecto sobre a regulação moderna do jogo	78
3.3.2 O regulamento do jogo	81
3.3.3 As receitas públicas com o jogo	85
3.4 Resumo das análises do capítulo 3	92
4. O Enquadramento dos Jogos de Azar no Direito Financeiro	95
4.1 A atual discussão doutrinária sobre a tributação dos jogos de azar e das atividades consideradas indesejadas e nocivas pela sociedade (ou por parte dela)	95
4.1.1 As normas indutoras tributárias	96
4.1.2 Tributos corretivos ou regulatórios	99
4.1.2 Sin Taxes	103
4.1.3 A tributação sobre os jogos de azar	113
4.2 As contrapartidas dos contratos de concessão	118

4.3 As despesas públicas com o jogo	120
4.4 Resumo das análises sobre as receitas e despesas decorrentes da regulamentação dos jogos de azar	122
5. Uma Perspectiva para a Regulamentação dos Jogos de Azar no Direito Financeiro Brasileiro	125
5.1 Os mecanismos disciplinares e os mecanismos regulamentares	125
5.1.1 O limite da intervenção sobre o jogo	128
5.1.2 A regulamentação enquanto vetor de legalização	130
5.2 As possíveis receitas e despesas do Estado com os jogos de azar	133
5.2.1 As espécies tributárias e os jogos de azar	134
5.2.2.1 O imposto e a sua compatibilidade com os jogos de azar ..	137
5.2.2.2 A contribuição social e a sua compatibilidade com os jogos de azar	141
5.2.2.3 A contribuição de intervenção no domínio econômico e a sua compatibilidade com os jogos de azar	144
5.2.3 A instituição de taxas sobre os jogos de azar	147
5.2.4 A instituição de contrapartidas financeiras	147
5.2.5 Arrecadação destinada aos entes da Federação	148
5.2.6 As despesas com os jogos de azar	148
5.3 Conclusão sobre a regulamentação financeira dos jogos de azar	151
Conclusão	153
Referências	159
Apêndice	175